

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL
HIESA CRISTINA MATHIAS

**GRUPO DE MULHERES DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL) LUIZ CARLOS DA COSTA LEITE, PORTO DOS PADRES
– PARANAGUÁ – PR.**

MATINHOS

2017

HIESA CRISTINA MATHIAS

**GRUPO DE MULHERES DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL) LUIZ CARLOS DA COSTA LEITE, PORTO DOS PADRES
– PARANAGUÁ –PR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Federal
do Paraná - Setor Litoral como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof.^a Silvana Maria Escorsim

MATINHOS

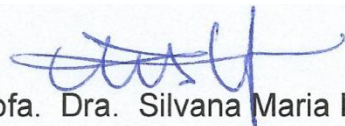
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

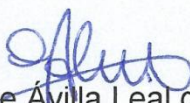
HIESA CRISTINA MATHIAS

**GRUPO DE MULHERES DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL) LUIZ CARLOS DA COSTA LEITE, PORTO DOS
PADRES-PARANAGUÁ-PR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, como requisito a obtenção do título em assistente social, pela seguinte banca examinadora:



Profa. Dra. Silvana Maria Escorsim
Orientador(a)



Profa. Dra. Giselle Ávila Leal de Meirelles
Integrante da Banca



Profa. Me. Mirian Crsitina Lopes
Integrante da Banca

Matinhos, 26 de Junho de 2017.

Mentir é fácil, é a dura verdade. Examine seus discursos e você vai ver que, não tendo ainda qualquer razão para mentir, é muito difícil de sempre dizer exatamente a verdade. (Mary Ann Evans)

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.^a Silvana Maria Escorsim, pelo acompanhamento, paciência e orientação.

As minhas colegas de curso Célia Socorro dos Santos Pietrobelli Lima, Jurema Odete de Souza André Vidal e Lidiane Martins Rodrigues de Souza, pela amizade e apoio durante o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

A toda equipe do CRAS pelos anos convividos, que contribuíram para meu aprendizado e para o trabalho acadêmico.

A Deus e toda minha família.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo saber qual a percepção das mulheres em relação ao “Grupo de Mulheres” do CRAS Porto dos Padres em Paranaguá – PR, a importância do grupo na vida pessoal, profissão, e social de cada participante. Inicia-se o trabalho com a História do Serviço social no Brasil, e o Trabalho do Assistente Social na política de Assistência Social. Na sequência, a Política de Assistência Social no Brasil, e a mulher na sociedade brasileira em relação ao gênero, são abordadas na delimitação. Para finalizar, foram feitas pesquisas: documentais, bibliográficas, e qualitativas.

O Grupo Focal foi à técnica de pesquisa utilizada para a coleta de dados por meio das interações grupais. Sendo sugerida uma roda de conversa, com o questionário gravado e posteriormente transcrito. Através dessa coleta de dados, chegaram-se as informações sobre as percepções das mulheres em relação ao grupo. Os resultados desta pesquisa são consequências do desenvolvimento dessas mulheres, que ocorreram não só nas artes manuais, mas na fala, no afeto, no respeito pelo próximo, e até mesmo no adquirir do conhecimento.

Palavras- Chave: Mulher, Serviço Social, Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present study aims to know the women's perception of the "Women's Group" of CRAS Porto dos Padres in Paranaguá - PR, the importance of the group in the personal, professional, and social life of each participant. The work begins with the History of Social Service in Brazil, and the Work of the Social Worker in the policy of Social Assistance. Following, the Social Assistance Policy in Brazil, and women in Brazilian society in relation to gender, are addressed in the delimitation. Finally, research was done: documentary, bibliographical, and qualitative.

The Focal Group was the research technique used to collect data through group interactions. A conversation wheel was suggested, with the questionnaire recorded and later transcribed. Through this data collection, the information about women's perceptions regarding the group was reached. The results of this research are consequences of the development of these women, which occurred not only in the manual arts, but in speech, affection, respect for others, and even the acquisition of knowledge.

Key words: Women, Social Work, Public Policies.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	pg 09
1.1 DELIMITAÇÃO DE TEMA	pg 11
1.2 PROBLEMA	pg 42
1.3 OBJETIVOS	pg 42
1.3.1 Objetivo geral	pg 42
1.3.2 Objetivos específicos	pg 42
1.4 JUSTIFICATIVA	pg 43
2. METODOLOGIA DA PESQUISA	pg 43
3. CONCLUSÃO	pg 52
REFERÊNCIAS	pg 54
APÊNDICES	pg 56

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública estatal responsável pelos serviços continuados de proteção social básica da assistência social, com o objetivo de prevenir situação de risco e vulnerabilidade social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É o espaço onde os serviços de proteção social básica são executados de forma direta e articulados com outras redes.

O grupo de mulheres se formou para além de aprender o artesanato, mas também participar de projetos sócio-educativos que trabalhem não só com a mulher, mas com as famílias enquanto sujeitos socioculturais, suas histórias e projetos, fazendo reflexão sobre o dia-a-dia e formas de organização dessa família para promover suas capacidades e sua autonomia.

Para o grupo foram escritas no total, vinte e duas mulheres, no entanto onze estavam participando regularmente. O grupo chamado de “Senhoras do Destino” se iniciou no mês de março de 2016. O grupo já existe a mais de dois anos, pois algumas mulheres participam desde este período, porém neste ano de 2017 entraram novas participantes.

No grupo os encontros acontecem às quartas-feiras, das 14h às 16h, com uma pequena variação no horário, pois sempre se prolonga por um tempo maior, a maioria mora no bairro Porto dos Padres, sendo duas no bairro Santa Helena e uma do Jardim Iguaçu. A idade das mulheres varia entre vinte a setenta e cinco anos. Apenas três são solteiras, o restante se divide entre casadas, divorciadas e viúvas. Em relação à profissão somente uma trabalha como artesã, as outras não trabalham, no entanto um dos pontos positivos é que quatro delas estão estudando no ensino fundamental e médio.

A atuação em grupos permite atender um número maior de famílias ou indivíduos num mesmo momento, promovendo a interação entre diferentes pontos de vista. Contribui para a circulação, a escuta e reflexão sobre situações que podem apresentar similaridade entre os seus participantes, criação e fortalecimento de redes de solidariedade e acolhida, mobilização da comunidade para um determinado objetivo comum e desenvolvimento de potencialidades.

Sabemos que o trabalho em grupo proporciona mudanças nas participantes, tanto no físico quando no psicológico, pois é visível a cada encontro. Um gesto de carinho, um diálogo mais prolongado, uma maquiagem mais perceptível, um conto de história de vida, que vai surgindo conforme as mulheres vão se sentindo mais à vontade. Esses detalhes muitas vezes se dão a partir da convivência com o grupo. O grupo proporciona essas mudanças na vida das mulheres, para que tenham mais autonomia. O projeto de pesquisa é justamente para saber qual a percepção dessas mulheres em relação ao grupo? Essas mudanças realmente estão relacionadas com a convivência com o grupo? Se é isso que elas esperam no equipamento, além do vínculo de respeito, tolerância e amizade.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

1.1.1 A História do Serviço Social

1.1.1.1 A questão Social e Implantação do Serviço Social.

A Questão Social na Primeira República se deu através de uma sociedade marcada historicamente pela escravidão, o trabalho livre se torna comum. Desenvolvendo um mercado de trabalho capitalista, no qual a força de trabalho vira mercadoria. “Este tem diante de si, como proprietário, não um senhor em particular, mas uma classe de capitalistas, á qual vende sua força de trabalho” (IAMAMOTO, 2009, p.125). A autora se refere ao operário, que liga sua sobrevivência ao mercado de trabalho contido pelo capital e que por sua vez torna-se uma classe social.

A burguesia se sente ameaça diante das lutas dos operários a exploração excessiva que é sujeitada. “(...) ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública”” (Idem, p.126). Sendo inevitável o manejo social da exploração da força de trabalho.

Iamamoto afirma que: “A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado” (Idem p.126). As Leis Sociais retratam um elemento importante dessa regulamentação, pois aparecem os movimentos sociais, obrigando o Estado a se colocar e reconhecer que é preciso políticas para tais questões sociais. E apesar das Leis Sociais serem efeito da força dos trabalhadores pelo registro de sua cidadania, a introdução do Serviço Social se dá através da ação particular de grupos e frações de classes.

Segundo Aguiar “No século XIX, na Europa, os operários viviam, em grau extremo, a miséria e a exploração decorrentes da industrialização e desenvolvimento do capitalismo” (1985, p.17). Com esses acontecimentos, surge a questão social, fazendo com que a Igreja se posicione diante do fato e assim começa uma intervenção definida no social a partir do final do século.

A reforma das esferas estatal e econômica nasce da crise do comércio internacional em 1929 e do movimento de outubro de 1930, são essas mudanças, que se deu à implementação do Serviço Social.

A população vivia em condições penosas, em bairros cujas condições eram prejudiciais à saúde, com falta de segurança nas indústrias, sem direitos trabalhistas, com salários baixos e obrigando mulheres e crianças a trabalhar. “Mulheres e crianças estarão sujeitas à mesma jornada e ritmo de trabalho, inclusive noturno, com salários bastante inferiores” (Idem, p.129). A luta contra esse excesso de trabalho surge através das organizações, onde nascem agrupamentos como a Associação de Socorro Mútuo e Caixas Benéficas, com atividades cooperativas e assistenciais. Após, surge a Ligas Operárias, para auxiliar em interesses comuns, dando origem às Sociedades de Resistência e Sindicatos, que por sua vez dará início às organizações mais elevadas, os Congressos e Confederações Operárias. Organizações a qual serão contidas, com sedes fechadas, caça aos líderes, levando a serem deportados ou presos.

A pré e pós-Primeira Guerra, década de 1920 é definida pelas greves e ações dos trabalhadores, sendo tanto o Estado quanto à burguesia ligada à agro exportação, impossibilitados de tomar providências válidas aos mesmos. Já na segunda metade da década o governo brasileiro participa na Organização Internacional do Trabalho, transformando em leis. Em 1925 o Conselho Nacional do Trabalho é criado e em 1926 é desfeita a primeira Constituição republicana e Leis de proteção ao trabalho são aprovadas. “(...) no entanto, o Estado se negará a reconhecer a existência da “questão social”” (Idem, p.132). E a violência do Estado diante de sua incompetência de executar políticas sociais, prevaleceu com a punição policial.

Iamamoto descreve: “(...) com a mobilização, pela Igreja, do movimento católico leigo. Surgirá o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social” (2009, p.140). A partir da República Velha é que se começa todo esse procedimento de refazer a atividade política religiosa conduzida pela hierarquia. Manifestações surgiram, uma delas a pregação de padre Júlio Maria pela recatolização da nação que não convenceu a sua hierarquia.

Porém a pastoral de Dom Sebastião Leme em Olinda ligada a Santa Fé teve maior resultado, como chefe da Igreja será um articulador dos planos para autonomia da Igreja sobre o Estado.

Aguiar descreve “(...) D. Leme, dada a sua capacidade de liderança e a de ser bispo na então capital da República. Terá papel relevante na organização do catolicismo no Brasil, bem como na atuação junto ao governo civil” (1985, p.21). Dom Leme se preocupa com o desenvolvimento do laicato, a conquista dos intelectuais, a criação da Universidade Católica do Rio de Janeiro e o acesso com o governo. Na sua Carta Pastoral, avalia a posição do Brasil, mostra a ausência de conhecimento dos católicos e intelectuais, a falta de religião nas instituições e da organização das famílias, sugerindo um plano de ação. E assim se forma o laicato com a Confederação Católica no Rio de Janeiro em 1922, com o objetivo de transformação dos católicos num exército conquistador em luta ao reino de Cristo. A Ação Católica centralizava na elite, pois é através dela que o povo será cristianizado.

A imagem da Igreja vai modificando-se com a restrição dos seus regimentos burocráticos regionais da hierarquia e a romanização do catolicismo brasileiro, limitando sua participação aos superiores religiosos. O Estado sob a autoridade da Igreja fica responsável por um regime mais firme, já que as instituições republicanas estão política e socialmente arruinadas.

A crise da economia cafeeira se dá no fim da década de 1920. E apesar da burguesia cafeeira querer conservar seu domínio, a crise mundial permite o fim do poder da mesma e a união de oligarquias regionais, formando uma junção diversificada do mecanismo produtivo e reforma política, desfazendo a ação militar e chegando ao fim a República Velha. Nessa nova ação, a política social alcançara sua conquista por meio da legislação sindical e trabalhista, unindo-se às organizações corporativistas. É das relações do Estado com as diversas classes sociais que se dá o reconhecimento da cidadania da classe trabalhadora. A legislação social no Brasil começa com a agro exportação, que alcançara as atividades assalariadas urbanas.

Com o ciclo do movimento católico laico a partir da queda da República Velha é que a Igreja poderá usar de seu poder de controle na vida social. Yamamoto descreve “(...) desempenhar um importante papel nos momentos mais críticos para a estabilidade do novo regime (...)” (Idem, p.155). Igreja e Estado juntos para proteger as normas sociais. Varias instituições foram criadas pelo movimento católico laico a

partir de 1932, para uma sociedade de desenvolvimento. O Estado trata a “Questão Social” como servir ao bem comum e o comunitarismo cristão acima da regulamentação jurídica do mesmo. A Constituição de 1934 reconhece o catolicismo como religião oficial. “Garantirá, assim, a institucionalização de alguns de seus princípios ideológicos fundamentais, e as posições dentro do aparelho de Estado essenciais à sua função de controle social e político” (Idem, p.160).

Nesse mesmo ano com a nova Constituição surgira a ANL (Aliança Nacional Libertadora) uma organização política das forças populares, reconhecida nacionalmente. O governo por sua vez aumentara à repressão e fara a decretação da Lei de Segurança Nacional. E entre essas afrontas se tornara imprescindível o controle do movimento das classes subalternas pela burguesia, onde caminhara a implantação do Estado Novo.

O Serviço Social nasceu das ações assistencialistas das elites. E com a deterioração do Estado Novo e fim da Segunda Guerra Mundial é que o empresariado começa a prestar atenção com o social.

1.1.1.2 Grupos Pioneiros e as Primeiras Escolas de Serviço Social

As primeiras grandes indústrias tiveram a participação do clero no domínio do trabalhador. “(...) muitas vezes possuíam capelas próprias, onde diariamente os trabalhadores eram obrigados a assistir à missa e suas liturgias” (IAMAMOTO, 2009, p.165). Foram desenvolvidas ações assistenciais no plano sindical, porém só com o fim da Primeira Guerra Mundial que se dá início as plataformas do Serviço Social, com o surgimento das escolas na Europa. Foi também neste período que surgiu a primeira nação socialista. A nova política social vem do Tratado de Versailles que busca ser tolerante com os trabalhadores. Já as instituições assistencialistas no Brasil, a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro de 1920 e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo de 1923, desenvolvem obras com as famílias da burguesia, logo que a força de trabalho envolvendo a mulher fara parte de uma parcela da mesma. A partir desse vagaroso desenvolvimento das instituições e obras, que surgiram os alicerces para a ampliação da Ação Social e as primeiras escolas de Serviço Social. Segundo Aguiar (1985, p. 29) muitas dessas escolas surgiu de grupos que participavam dos cursos de formação social e das semanas

sociais A primeira coordenadora do ramo feminino da Confederação Católica foi a Sra. Estella de Faro, pioneira do Serviço Social e da Ação Social em 1930 no Rio de Janeiro.

Em 1932 surge no Brasil o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), com o curso Intensivo de Formação Social para Moças, ministrado por Mlle. De Loneaux, com o objetivo de formar pessoas pelo estudo da teoria social da Igreja, com conhecimento nos problemas sociais. Logo após o CEAS, fundou quatro Centros operários com o objetivo de estudar as necessidades e o espaço da classe trabalhadora, que mais tarde renunciaria seu espaço a associações de classes, formada pelas elites operárias. A formação técnica especializada será umas das atividades do CEAS. “Ao assumir essa orientação, passa a atuar como dinamizador do apostolado laico através da organização de associações para moças católicas e para intervenção direta junto ao proletariado” (IAMAMOTO, 2016, p.173). E assim com o empenho deste grupo e com o suporte da hierarquia em 1936 é fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo. “Um dos motivos básicos para a fundação da escola social foi à necessidade sentida de uma melhor preparação para a ação social dos quadros militantes da Ação Católica” (AGUIAR, 1985, p. 29).

Um ano depois o CEAS realizou suas atividades no Serviço de Proteção ao Migrante. O Estado passa de regulamentador do mercado de trabalho e exploração da força de trabalho para gestão da assistência social, com sua participação própria, dando limites às ações particulares e fazendo uso das técnicas e a forma técnicas especializadas, regulamentando e impulsionando sua transformação em profissão. A Escola de Serviço Social apesar de todo o trabalho das pioneiras na propagação e institucionalização da profissão passa por um processo de ajuste com o Curso Intensivo de Formação Familiar, como por exemplo, a organização de Centros Familiares. A formação técnica especializada através do processo de mercantilização modificara a qualificação num elemento da Força de Trabalho.

A segunda escola surgiu no Rio de Janeiro em 1937, virando realidade pela ação do Cardeal Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso que destacaram a necessidade da formação social. “Para que exista vocação social, é preciso formação social” (Idem, p.29). E essa formação técnica especializada foi diferente, com mais iniciativas, pois a classe trabalhadora era maior, onde estava à administração federal e a Igreja, além da econômica e política serem o centro do desenvolvimento no estado com boa infraestrutura e serviços assistenciais. A cidade

de São Paulo tem uma maior participação das instituições públicas. Surgem ao longo dos anos: Instituto de Educação Familiar e Social (1937), Escola Técnica de Serviço Social (1938), Curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery (1940) dando início a Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil e a Escola de Serviço Social (1944). Obra social como Associação Lar Proletário e Instituto de Educação Familiar e Social com o patrocínio da Primeira Dama da Nação, Sra. Darcy Vargas mostra a preocupação com a restauração das classes trabalhadoras. Para uma prática de assistência se vê necessário à formação técnica especializada envolvendo tanto a Igreja como Estado e a elite econômica.

Os profissionais diplomados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo tem seu reconhecimento por parte do Governo e particulares lentamente e suas atividades são limitadas, sendo inicialmente assistenciais. “Sua finalidade seria a de “separar as famílias das classes proletárias, prevenindo sua desorganização por meio de serviços de assistência e educação”” (IAMAMOTO, 2016, p. 190). As atividades são desenvolvidas pelos Centros Familiares e constituídos pelo CEAS nos bairros operários. Atividades parecidas foram feitas pela Associação Lar Proletárias, onde o Serviço Social foi inserido como primeira obra particular do Rio de Janeiro, já em São Paulo as atividades foram como comissários de menores no Serviço Social de menores.

O Assistente Social se une a concessão de benefícios na legislação trabalhista, nas empresas exerceram na racionalização dos serviços assistenciais e no campo médico, ao conjunto dos meios próprios para assegurar o nascimento e o desenvolvimento de crianças sadias (puericultura) a prevenção de doenças contagiosa e hereditárias. Segundo Iamamoto: “A atuação prática desenvolvida pelos primeiros Assistentes Sociais estará, assim, voltada essencialmente para organização da assistência, para a educação popular, e para a pesquisa social”. (Idem, p.196). Sendo seu atendimento as mulheres e crianças das famílias operárias. Sua atividade mais comum era as rodas e cursos com a distribuição de materiais de ajuda e formação moral e doméstica.

Apenas uma única publicação foi editada sobre a matéria do Serviço Social em São Paulo, descrevendo o desenvolvimento e as inquietações desse movimento. Já nos movimentos católicos, desenvolvem a organização da realização e instrução do Serviço Social. Iamamoto afirma (Idem, p.202).

Para conseguir tal objetivo, é necessário um conhecimento real quer do homem, quer de seu meio, sob todos os aspectos: material, econômico e moral, o que dificilmente pode ser adquirido fora de um aprendizado especial.

E assim surgem as escolas de Serviço Social, dessa necessidade de conhecimento. O profissional da área tem esse comprometimento de interferir na deficiência de formação moral, intelectual e social da família, conforme adquirem mais conhecimentos nos problemas sociais. Comovendo Estados e particulares para inovações nas técnicas de assistência. As transformações sociais e econômicas que a sociedade brasileira passou esta ligada a implantação do Serviço Social, fazendo parte às atuações das instituições, classes e grupos. É a partir de um novo significado do papel da Igreja, que o Serviço Social nasce como um setor especializado da Ação Social e da Ação Católica. O Serviço Social como profissão passa por mediações para compreender do seu nascimento ao seu desenvolvimento. As escolas de Serviço Social iam se ajustando para as novas reivindicações sociais. De acordo com Iamamoto (Idem, p.220).

Ao “democratizar-se” a base social de recrutamento de seus alunos, as escolas de Serviço Social, que permanecem em sua grande maioria dentro do bloco católico, passam a assumir (fato que não importa em grande mudança na qualidade e forma de seu ensino) uma função bastante diferenciada dos primeiros núcleos de formação e organização do apostolo social.

As escolas passam de uma particularidade que era a preparação de moças da sociedade que tinham uma formação familiar e um padrão de vida diferenciado para escola de formação de grupos subalternos. O profissional precisava ser uma pessoa com boa formação moral, em perfeita condições de saúde, além da origem social de grande importância. O técnico, o científico, o doutrinário e a moral serão parte da formação do Assistente Social. A formação doutrinária era importante porque toda ação exigia normas, princípios e diretrizes.

(Aguar, 1985, p.34)

O Aspecto doutrinário era enfatizado na formação do profissional, pois este deveria ter uma concepção de vida que “deve ser fruto de princípios doutrinários fundados na Verdade”. Daí que a escola não podia ter uma postura eclética, correndo o risco de conduzir à incerteza, ao erro.

“O Serviço Social surge num momento em que o modo de produção capitalista define a sociedade em que a Igreja se insere” (IAMAMOTO, 2016, p.230).

A Igreja já não faz mais parte dos valores das classes dominantes, onde outros grupos da sociedade política e civil iriam atuar. A vocação aparece como aspecto importante na formação do Assistente social, a partir da militância. Segundo a autora (Idem, p. 233) “(...) os modernos agentes da caridade e da justiça social”. Um profissional com ações de humanismo e que não age por interesse.

1.1.1.3 Desenvolvimento das Instituições Assistenciais e Serviço Social no Estado Novo

A implantação do Estado Novo em 1937 é definida pelo modelo corporativista, com uma política industrializada, sendo as indústrias estimuladas por este Estado e a burguesia favorecia desta política. Este modelo corporativista surgira a partir de 1945 com o aumento da classe trabalhadora urbana (IAMAMOTO, 2009, p.236) “Como foi visto, a pressão desses setores emergentes sobre o Estado, cuja contribuição para queda do antigo regime não pode ser esquecida, cria uma nova dimensão política (...)”. Com o crescimento rápido desses setores o Estado vê a necessidade de domínio. A estrutura corporativista buscava encaminhar a integração dessa nova força de trabalho permitida pela capitalização interna da agricultura, que não se habituara as condições de trabalho e de vida industrial. A Legislação Social também faz parte dessa integração. Apesar da violência que caracterizava o Estado Novo, ele tentava colocar as formas de reivindicações dos setores populares desse modelo de corporativismo para se fazer reconhecer e com isso surgiram às novas instituições, Legislação Sindical e Instituições de Previdência e Assistência Social, que faziam parte desse procedimento e suas principais particularidades eram os benefícios assistenciais indiretos. A classe trabalhadora em suas reivindicações pelas ações das políticas assistenciais sofre com a burocratização, sendo intenção do Estado à união e o justo da força de trabalho. Os benefícios indiretos que surgem através das políticas sociais (instituições assistenciais e previdenciárias) agem desviando os desacordos da relação de produção. O Estado corporativo por meio das políticas sociais e sua regulamentação alcança a harmonia do povo urbano.

A exploração da força de trabalho decorrerá com a ampliação da produção industrial, com bons lucros e apoio do Estado.

(Idem, p.244).

A ação do Estado para facilitar e intensificar a acumulação procurará contrapor-se àqueles mecanismos naturais, impedindo o crescimento real dos salários, seja através de medidas coativas, seja através do processo inflacionário que marca todo o período.

A intervenção do Estado em relação aos sindicatos operários será de dificultar suas reivindicações e reduzir a utilização da legislação trabalhista, impedindo a decretação de leis. “Os operários serão legalmente impedidos de demitir-se, transferir-se para outro emprego e mesmo ausentar-se” (Idem, p.245). Com isso o Estado auxilia a aceleração da acumulação e exploração do trabalhador, que terá além de condições ruins de trabalho, seus salários reduzidos.

Em 1942, surge a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem). Já em 1943 o MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores) nasce do movimento dos operários, das manifestações pela luta antifascista, porém em 1946 o movimento será proibido pelo Ministério do Trabalho. O SESI (Serviço Social da Indústria) surge como uma instituição assistencial das influências do movimento operário além da Fundação Leão XIII no Rio de Janeiro.

(Idem, p.249)

A importância dessa caracterização se origina no fato de que a implantação e desenvolvimento das grandes instituições sociais e assistenciais criarão as condições para a existência de um crescente mercado de trabalho para o campo das profissões de *cunho social*, permitindo um desenvolvimento rápido do ensino especializado de Serviço Social.

Essas instituições fizeram com que o meio de fazer reconhecer e de se tornar institucional a profissão e os profissionais de Serviço Social acontecessem. Em 1934 o Estado tem por obrigação garantir o acolhimento aos desfavorecidos contido na Carta Constitucional da Legislação Federal, porém só em 1938 sairá à primeira medida legal. O CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social) se institui junto com o Ministério da Educação e Saúde e suas funções eram de estudar os problemas do Serviço Social, como pesquisas e investigações sociais, organização do plano nacional de serviço social, aconselhar e se manifestar quanto às políticas sociais e entidades privadas. “(...) o CNSS não chega a se constituir em mecanismo assistencial com influência real sobre o desenvolvimento do Serviço Social” (Idem, p.250). Será a LBA que irá desempenhar suas funções, sendo estabelecida na Segunda Guerra Mundial, como o objetivo de realizar seu programa em auxílio com a área privada e pública, promovendo os serviços de assistência social e operando como repassadora de verbas para solicitação e aumento das obras assistenciais

particulares e apoiando as escolas especializadas. E apesar da ampliação da assistência, não alterou a qualidade do Serviço Social.

Já o SENAI com o objetivo de conduzir e organizar nacionalmente as escolas de aprendizagem para industriários será um amplo empreendimento de qualificação da Força de Trabalho, segundo a autora (Idem, p.253). Sendo uma ferramenta de ação coletiva do empresariado.

(Idem, p.256)

A intensificação do ritmo de trabalho, a atenção para a vigilância e manuseio de um número maior de máquinas etc., passam a exigir, concomitantemente, maior especialização e maiores necessidades para a reconstituição e reprodução da Força de Trabalho.

Com o desenvolvimento da produção capitalista surgem outras necessidades, como por exemplo, a saúde. O Estado e o empresariado passam por uma transformação qualitativa com a classe trabalhadora, com uma política mais global. Dois processos históricos estão vinculados ao SENAI, à qualificação da Força de Trabalho e a reprodução da Força de Trabalho do proletariado juvenil. O Serviço Social aparece numa pesquisa do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral como de grande importância para as atividades de qualificação da Força de Trabalho juvenil, com a formação técnica, educação social e moral, ao mesmo tempo com a prestação de serviços assistenciais. A criação do SENAI não era apenas o desenvolvimento das forças produtivas, mas sim a contribuição da dominação do capital sobre o trabalho.

Em 1946 o SESI (Serviço Social da Indústria) é pelo Decreto de Lei oficializado, com o objetivo do bem do trabalhador na indústria, através dos estudos, projetos e a prática, sendo a maior organização do empresariado e apesar do Governo Provisório e do Estado Novo não aceitarem a legislação social, o empresariado conseguiu protelar e renegociar em seu benefício. A autora diz (Idem, p. 271).

A indústria reclamará o aumento do nível cultural do proletariado através da maior difusão da instrução pública e particular, recreação adequada e melhores condições de higiene e conforto material e espiritual; recomendará a ampliação da Previdência Social, a criação de cooperativas de consumo e de outros meios que possibilitem maior assistência às famílias operárias, a prevenção dos acidentes de trabalho etc.

Essas questões serão a preocupação da indústria e do comércio. Uns dos recursos para a Questão Social foi à industrialização e a racionalização da agricultura, e o Serviço Social entra como parte fundamental para o equilíbrio entre

capital e trabalho, complementando a Previdência Social e atuando em todos os setores.

Em 1946, nasce a Fundação Leão XIII com o objetivo de atuação junto à população das grandes favelas dos centros urbanos industriais do Rio de Janeiro. Usando sua própria infraestrutura e de outras entidades e instituições aplicara os serviços de assistência tendo o apoio da Igreja e Estado, com a implementação de Centros de Ação Social. Para domínio da população que poderia modificar-se em redutos eleitorais do Partido Comunista do Brasil, tanto o Estado como Igreja apresentam sua ação assistencialista. As favelas para o Serviço Social dentro da Fundação era um problema de falta de educação, no caso a educação popular (Educação religiosa, sexual, sanitária e alimentar). “Por essa visão o proletariado passa a ser definido tanto a partir de uma menor posse de bens materiais ou rendas, como de uma menor posse de cultura” (Idem, p.285).

Porém as reclamações do proletariado são antigas por acesso a educação e cultura e o empresariado também demonstra uma inquietação com isso, sendo exigido pelo Estado do mesmo, isso faz com o empresariado ofereça o treinamento em serviço ou partir de outras instituições e entidades. Segundo a autora o projeto da Fundação admite o sentido de “levantamento moral das populações faveladas” (idem. p.287). Uma expectativa de controle dessa população.

As atividades do Seguro Social iniciam-se no final da Republica Velha e as bases para a politica do Seguro será a partir da Lei Eloy Chaves em 1923, tendo como particularidade encaminhar-se para setores próprios da Força de Trabalho. O Seguro Social estará ligado aos ferroviários, estivadores e marítimos, sendo seu desenvolvimento vagaroso. Só a partir de 1930 é que o Seguro começa a ficar mais rápido com a politica global e o Estado em conjunto com as instituições, para a classe trabalhadora. As Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) começam a incluírem as Categorias Profissionais deixando as grandes empresas e surgindo os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) que passam a incluir ampla quantidade de assalariados urbanos, do setor estatal e privado. Na reorganização e reordenação da legislação e mecanismo de ajuste e domínio da classe operaria é que o Serviço Social tenta se colocar lentamente apesar de institucionalizada.

É a partir da Administração Central que o Serviço Social tem sua primeira experiência oficial de sua implantação. O IAPs em 1942 organiza a Seção de Estudos e Assistência Social, como objetivo de pesquisa sobre o meio e modo de

vida dos segurados, com isso as Assistentes Sociais poderiam ordenar subsídios como auxílio ao Seguro Social, á principio corrigindo a legislação reproduzida de modelos estrangeiros, além de juntar moralmente as instituições de previdência com uma participação mais intensificada e passar informações de direitos e deveres, aos empregados e empregadores sobre o Seguro Social. “O Assistente Social será o elemento habilitado como “esclarecedor do Seguro Social”, desempenhando fundamentalmente um papel educativo (...)” (Idem, p.296). Por isso é indispensável à formação em Serviço Social dos funcionários e organização das seções de Assistência dos institutos. O Seguro Social tem comprometimento por cada ponto de vista do contribuinte sendo uma vantagem econômica para Previdência. De início os benefícios fundamentais oferecidos pelas instituições eram aposentadoria, auxílio funerária e pensões. Depois da estabilização vieram os serviços assistenciais. Com poucos Assistentes Sociais diplomados as instituições se vêm obrigadas a patrocinar a formação da sua equipe de Serviço Social, utilizando-se das escolas especializadas. Em 1945 são organizados cursos intensivos pelo Ministério do Trabalho para os funcionários dos Institutos e Caixas.

“O Serviço Social na previdência deve ser “o elo que irá unir e possibilitar o exercício da justiça social em conexão a pratica administrativa da lei”” (Idem, p.301). A autora diz que o associado tem que ter o seu valor como homem, recolocado como pessoa humana e integrado como útil na sociedade. O Serviço Social é necessário quando as instituições não conseguem resolver o problema.

É na politica do Estado pós 1930 que o Seguro Social surge como elementos centrais, sendo palco de lutas de classes, pela teimosia e inconformismo individual dos segurados. A humanização do Seguro Social põe-se em questionamento e o Estado precisa mostrar interesse pelos problemas dessa classe, conduzindo à população que não se encaixava no seguro as obras caridosas e isto será a atividade do Serviço Social na Previdência, o oferecimento de auxílios.

Com o avanço da composição orgânica e a revolução dos processos produtivos surgem novas técnicas sociais e as instituições passam a realizar funções politicas ideológicas e econômicas fundamentais para a conservação da dominação de classes (Idem, p. 307).

O desenvolvimento das forças produtivas, a centralização e concentração do capital, o aumento de sua composição orgânica, a complexidade e o ritmo dos métodos e processos de trabalho trazem novas exigências quanto à qualificação e produtividade e importantes parcelas da Força de Trabalho.

A qualificação e o nível de instrução são exigidos da Força de Trabalho para juntar-se ao método de trabalho e o consumo produtivo pelo Capital e Estado, que vem dos serviços assistenciais e educacionais. Todo esse processo das entidades assistenciais desde seu nascimento até seu desenvolvimento é também a legitimação e institucionalização do Serviço Social, além do processo de profissionalização dos Assistentes Sociais formados nas Escolas especializadas (idem, p.309).

Em outras palavras o Serviço Social deixa de ser influenciado pela política assistencial da ação da Igreja para ser uma atividade formalizada e legal pelo Estado e pelo grupo dominante, dedicando primeiramente à parcela mais necessitada da população, contribuindo como ferramenta de conscientização quanto aos direitos, benefícios e serviços oferecidos pelas instituições.

Na década de 1940 a presença norte-americana fez através da técnica do agir profissional no Serviço Social brasileiro, que obtiveram como suposição o funcionalismo. E a presença da filosofia tomista entre metade da década de 40 e início de 50. A ideologia católica convivera com as técnicas norte-americanas. O governo dos Estados Unidos convidou os diretores das escolas de Serviço Social da Americana Latina para participarem da Conferência Nacional de Serviço Social realizada em Atlantic City em 1941 e uma das conclusões da Conferência foi de proporcionar bolsas de estudo a assistentes sociais sul-americanos para aperfeiçoamento e especialização.

Em 1942 foram feitos acordos com Washington, que significaram a modificação na prática com a introdução de técnicas de Serviço Social de Casos, grupos e comunidades. “Ficou evidente que o Serviço Social no Brasil se fez sob a inspiração e controle da Igreja Católica e que o neotomismo foi o inspirador de sua visão de pessoa humana e de mundo (...)” (AGUIAR, 1985, p.67). Já a ideologia desenvolvimentista marcou a história brasileira e o Serviço Social e esta ligada ao movimento do Desenvolvimento de Comunidade através do Serviço Social. Vamos começar a entender este movimento, pelo Documento de Araxá, segundo o autor ele é dividido em quatro fases (Idem, p.67).

- a) experiência de Organização de Comunidade em moldes norte-americanos; b) experiências isoladas voltadas apenas para melhoria imediata das condições de vidas; c) reconhecimento de atender as problemáticas estruturais; d) participação popular no processo de desenvolvimento através de programas vinculados com o governo.

As duas primeiras fases de 1945 a 1955 começam as experiências em comunidade, a terceira fase em 1956, e 1964 com o início do governo Juscelino Kubitschek, assumindo a postura desenvolvimentista e o golpe militar, por fim após 64 a quarta fase. Em relação ao Serviço Social começa o movimento de reconceituação com o Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá. Algumas definições do documento foram a Organização de Comunidade, Desenvolvimento de Comunidade, Desenvolvimento e Organização de Comunidade e por fim Serviço Social de Comunidade.

Apesar de a industrialização exercer certa influencia a partir de 1930, só na década de 50 que seu crescimento será mais rápido.

O governo Dutra é marcado pelo petróleo, que foi discutido na política brasileira até o governo de Vargas em 1951, que junto ao capital estrangeiro foi o debate de nossa econômica. “Vargas, apesar de ver com bons olhos o capital estrangeiro, manteve uma posição nacionalista” (Idem, p.72). O Estado, as massas envolvidas na instalação da Petrobras e a criação de diretrizes do Comercio Exterior estavam nessa presença nacionalista. A classe operaria permaneceu oprimida pelo paternalismo de Vargas e foi através dessas formas de desenvolvimento e processo de industrialização que o Serviço Social entra como interventor na comunidade. O Serviço Social, através da Lei nº 1.889. de 13/06/1953 tem o ensino regulamentado e as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais nomeadas. A Lei nº 1.889/53 foi regulamentada pelo governo Vargas através do Dec. 35.311 de 08/04/1954. Com as tensões sociais decorrentes das inflações, da política nacionalista e das críticas da oposição o governo de Vargas não conseguiu manter-se estável e isso fez com ele se suicidasse em 1954. Com a morte de Vargas até a posse de Juscelino Kubitschek houve um período de passagem por três presidentes. Juscelino tinha a preocupação com o desenvolvimento econômico do país, através da industrialização. Capital e trabalho para JK é “harmonia e não conflito de classes” (Idem, p.82).

A atitude desenvolvimentista do Serviço Social vem dentro do governo de Juscelino. Tanto a formação religiosa como a moral era pelos assistentes sociais semelhantes ao do presidente, despertando a confiança. O desenvolvimento brasileiro também era preocupação de Jânio Quadros sucessor de Juscelino na presidência. A chamada *Aliança para o Progresso* foi um acontecimento importante para a história do Serviço Social, pois proporcionou sua participação na reforma

social. Em 1961 através da “Carta del Este” é que a Aliança para o Processo passou a ter existência. (Idem, p.93).

O objetivo da Aliança para o Progresso era: “unir todas as energias dos povos e governos das Repúblicas americanas, a fim de desenvolver um magno esforço cooperativo que acelere o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes, para que se consiga alcançar o máximo grau de bem-estar com iguais oportunidades para todos, em sociedades democráticas adaptadas aos seus próprios desejos e necessidades”.

Com o comprometimento dos assistentes sociais a Aliança realizou projetos que abrangeram técnicas de trabalho em comunidades.

No mesmo ano, João Goulart foi eleito vice-presidente, com a renúncia de Quadros, que procurou reprimir a inflação com programas, porém a pressão interna dos operários, da classe média e outras partes da sociedade não deixaram. Em 1963 Jango assume o poder, realizou o comício da Central do Brasil, onde assinou decretos de nacionalização das refinarias e reforma agrária. O golpe militar acontece em 31 de março de 1964, com a intromissão novamente dos militares que queriam o poder, declarando incompetência dos civis para governar o país.

Com todo esse desenvolvimento que além de ser entendido como crescimento e um período de mudanças o Serviço Social adquire o modo desenvolvimentista, “O desejo de mudança se insere na melhoria do sistema” (Idem, p.100). Os congressos, Seminários e Encontros, foram sendo realizados para que, apesar da presença do desenvolvimentismo, houvesse uma nova fase da reconceituação do Serviço Social, na formação dos profissionais, transformando em instrumento de democracia e benefício do bem-estar social, adequando com a situação econômica, político e social da sociedade.

E assim chegamos à contemporaneidade do Serviço Social no Brasil, com seus fundamentos históricos e teóricos metodológicos nas décadas de 80 e 90. Yazbek (2000) cita como se organizam e se desenvolvem os caminhos de análise e as interpretações da intervenção do Serviço Social. A princípio são as opiniões e conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica, que conduz a ação de institucionalização no País e as principais fontes teóricas metodológicas do conhecimento da sociedade burguesa, isso faz com que possamos entender a atuação profissional em seu caminho até os dias de hoje.

Como já vimos anteriormente é através da Igreja Católica que o Serviço Social ira basear a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais,

assumindo um caráter humanista conservador, a partir dos anos 40. A doutrina vem da fé em dogmas, ou seja, das normas da Igreja e o conservadorismo vêm de um pensamento restaurador e preservador. Segundo Yazbek (Idem, p. 23).

A teoria social por sua vez constitui conjunto explicativo totalizante, ontológicos, e, portanto, organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de reprodução.

A teoria traz um esclarecimento associado à realidade, que se chama método, um modelo de elaboração, assim cada teoria social é um método de se aproximar do real. O ser social que da ao Serviço Social, através da base teórico metodológico a qualificação da técnica de sua prática. As instituições passam por uma burocratização e o profissional também precisa aprimorar suas técnicas.

Com o desenvolvimento do capitalismo mundial nos anos 60 surge um descontentamento da profissão com o Serviço Social usado, com isso nasce um movimento no processo de rever a teoria metodológica, operativa e política. Os profissionais precisam da construção de um projeto empenhado com as demandas das classes vulneráveis. Até o final dos anos 70 as ideias latinas americanas ainda conduziam a formação e o exercício profissional no Brasil, isso foi deixando de existir com o desenvolvimento da análise e da produção do Serviço Social, surgindo o movimento de reconceituação. O Movimento de reconceituação (Araxá e Teresópolis) foi o que definiu a forma de fundamentação do exercício do Serviço Social.

A partir dos anos 80 a profissão começou seu dialogo com a teoria social de Marx, conduziu o caminho das ideias e da ação do Serviço Social, surgindo uma nova característica no método de recriação da profissão que procurou o rompimento com o conservadorismo, apesar de ainda existir nos dias de hoje. Essas características trouxeram novas referencias teóricas metodológicas e interventivos, com um extenso debate em fóruns acadêmicos que teve ampliação na pós-graduação. E assim o Serviço Social foi se desenvolvendo dos anos 80 aos anos 90, com a democratização de diferentes posicionamentos teóricos metodológicos e ideopolíticos, com a intervenção na elaboração e implementação das LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) adotando também posições de planejamento e gestão de políticas sócio assistências, além de presença em fóruns e conselhos ligados as políticas sociais (Idem, p.28). A Constituição Federal de 1988 apresenta uma nova compreensão para a Assistência Social brasileira, que regulamentada

pela LOAS em dezembro de 1993 como política social pública, inicia-se no campo de direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

As mudanças no trabalho, com o capitalismo contemporâneo, gerou um desafio para os profissionais em relação os sistemas de proteção social e a política social em geral, pois a desigualdade era nítida. Nos países do Chile e Argentina a intervenção no campo da sociedade capitalista contemporânea é o neoliberalismo.

Nos anos 90 o Serviço Social se vê desafiado mais uma vez com as transformações societárias nessa ação oposta, com as formas e manifestações da Questão Social, a respeito das ruins condições do trabalho, do desemprego, das drogas, da violência doméstica, da discriminação seja étnica ou de gênero, entre outras. A assistência social passou a ser caracterizada como políticas públicas e a formação do profissional teve uma nova leitura curricular. O posicionamento pós-moderno rejeita as teorias sociais, protegendo valores recusados pela modernidade. Yazbek cita “(...) como desafio à profissão ao longo de toda a década de 90, e neste início de milênio, a consolidação do projeto ético-político, teórico metodológico e operativo (...)” (Idem, p.33). É com esses instrumentos conquistados ao longo dos tempos, que a profissão se consolida apesar dos desafios diários, na garantia de direitos. Tentando achar caminhos, dentro de todo seu processo de instrução, para que seja desempenhado seu objetivo, de dignidade e respeito ao ser humano e aos mais desprovidos.

1.1.2 Política de Assistência Social no Brasil

1.1.2.1 Políticas Públicas

Foi no século XX que o Estado formou o elemento político influente, sendo caracterizado de Bem Estar Social e o estudo da ação pública ganhou importância. Nos EUA que nasceu a análise de políticas públicas voltada para o estudo da ação do Estado e preocupada com o desdobramento das práticas do governo. Com a complicação dos problemas sociais e as transformações realizadas nas formas de intervenção do Estado, originaram o aumento no campo para a análise de novas formas organizacionais, como exemplo as redes de políticas públicas que uniu a diversidade de atores e suas inserções institucionais. “(...) política pública é um

conjunto de decisões e ações que envolvem múltiplos atores de diversas organizações públicas e privadas” (Lima e D’Ascenzi, 2016, p.18).

As políticas públicas desenvolvem um sistema de ação que guia e limita a ação, com intervenções voltadas para a solução de problemas e conflitos sociais, separando as políticas em fases, a formulação, a implementação e a avaliação. A formulação é composta pelos métodos de definição e seleção dos problemas que tem direito a intervenção, de produção de soluções ou escolhas de tomada de decisão e esta focalizada no debate político e nos campos institucionais. A implementação se refere ao cumprimento das determinações adotadas na fase anterior e quem usufrui é a burocrática, sendo os atores principais os responsáveis pelo desempenho das determinações tomadas antecipadamente. Fundamentam-se no domínio, na interação e no conhecimento. E a avaliação consiste na questão e na mediação sobre a força da política, dirigida para debates metodológicos e direcionada para a produção de informações sobre as ações de implementação e assim reconhecer se o uso dos recursos e se os objetivos da política foram bem desempenhados.

As políticas públicas estão integradas com as ansiedades sociais relacionadas a projetos políticos específicos e com a aplicação dos recursos sociais, através de seu conhecimento sobre as ações públicas que fizeram com que essas políticas tornassem mais eficazes. A política pública não é para solucionar um problema, mas para estabelecer um perfil dos problemas e achar aberturas para ao menos minimizar a situação em si.

Para se definir política social sugere-se analisar várias teorias, ideologias e práticas (Pereira, 2016, p.204).

(...) a política social é entendida como ação do Estado, gerida pelos governos, para atender às demandas e necessidades coletivas. Constitui um *produto* institucional que provê benefícios e serviços sociais, financiados pelo Estado e regulados administrativamente.

A melhoria da qualidade de vida de sujeitos e grupos é dividida em setores considerados como sociais, como exemplo a educação, habitação, saúde, emprego, previdência e assistência social. Alguns são contributivos, como a previdência social como o seguro previdência. Entretanto, já os não contributivos são nomeados serviços sociais, gerenciados pelo Estado, por um fundo público, por meio de impostos, taxas e contribuições. A política social presta atendimentos através

desses serviços, universais ou seletivos, sendo em nível municipal, estadual, federal e não é só do Estado e da sociedade, é de todos e publica. O Estado compete garantir direitos sociais e ter domínio dessa garantia, além de ministrar e regular os benefícios e serviços sociais como obrigação institucional, já a sociedade compete modela-la e cuida-la.

No fundamento político no século XVI, destaca a formação e concretização dos Estados nacionais reguladores. As redes de assistência e controle sociais estatal criaram a Lei dos Pobres inglesa (1601) com instituições de amparo. A separação dos poderes civil e religioso, e a demarcação das esferas pública e privada, permitiram o aumento das responsabilidades sociais desses Estados e a institucionalização do Estado de Direito no século XIX, conquistado pela Revolução Francesa. Estabelece a partir daí o reconhecimento constitucional das liberdades democráticas e o começo do que se chama Estado de Bem-Estar no século XX, onde se identifica a política social. Já no fundamento socioeconômico aparece a relação oposta entre capital e trabalho. No capitalismo comercial e global, seu desenvolvimento foi através do trabalho humano coletivo criando desigualdades sociais. A política social realiza sua intensificação por meio da assistência, e os governamentais modificam esta política para mais voluntariosa ao capital. Na cultural, baseia-se da religião e da ética capitalista do trabalho, assim como o dos sistemas de normas influentes.

A política social é uma mistura de valores onde diferentes regimes de bem-estar mostram esse acontecimento. Utilizando-se de valores liberais, o bem-estar, conservadores, social-democratas e a burocratização, regimes com intuito de organizar um sistema de meios e fins simplifica a política social como ação particular do Estado. A questão social também foi resultado da oposição entre capital e trabalho. As condições de vida, de trabalho e de cidadania da classe trabalhadora conseguiram melhorias entre 1945 e 1975 no norte da Europa com a proteção da socialdemocracia na política social. De 1976 a 2007, a política social foi sujeita a persistentes planejamentos e cortes nos gastos sociais.

A proteção social surge no século XIX em resposta do Estado alemão a “questão social”. Os movimentos de trabalhadores se revoltam contra as condições difíceis de trabalho principalmente nas indústrias. O chanceler Otto Von Bismarck aprova a Lei do Seguro Saúde em 1883, tornando o seguro nacional, obrigatório para empregados e custeado por empregados e patrões. Para proteger o

trabalhador contra acidentes de trabalho é aprovada a Lei de Seguro de Acidentes de Trabalho em 1884. Nos Estados Unidos em 1935 se aprovou a Lei de Seguridade Social, com aposentadoria para idosos e seguro-desemprego, além de serviços de assistência e saúde para idosos, crianças, gestantes e cegos.

Iniciativas para atribuir algum grau de proteção social aos funcionários públicos no Brasil veem desde o século XIX, mas somente com a Constituição de 1934 que se emprega o conceito de “Previdência”, sugerindo o financiamento de Estado, empregador e empregado. Na Constituição de 1946, o sistema previdenciário é unificado, com aumento da proteção social e criação dos benefícios relacionados à vulnerabilidade às famílias como natalidade, funeral e prisão.

Segundo Sousa (2016, p.226)

Proteção social é um conjunto de políticas ou programas, geralmente provido pelo Estado, que buscam assistir indivíduos ou famílias pobres ou portadoras de outras vulnerabilidades, durante vários períodos de vida. É, também, um dos componentes essenciais das estratégias de alívio de pobreza e outras vulnerabilidades, redução da exclusão social e produção de resiliência contra choques econômicos, sociais e ambientais.

No Brasil, a saúde faz parte da proteção social, além da previdência e assistência social e a Constituição Federal capítulo VIII assegura esses direitos.

(Idem, p.227)

(...) aumento da capacidade produtiva da população atendida, acúmulo de capital e aumento de investimento em pequenos negócios por parte dos beneficiários, aumento de resiliência aos choques econômicos e efeitos multiplicadores do crescimento econômico de baixo para cima, ampliando o consumo e proporcionando oportunidades aos não beneficiários.

Existem indícios de que as políticas de proteção social possuem força econômica.

Segundo Lafer (2008), conforme citado por Rolim (2016, p.86).

Considera-se, contemporaneamente, que a condição de humanidade assegura moralmente um conjunto de direitos e deveres que devem ser reconhecidos a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, origem, sexo, orientação sexual, etnia, religião ou qualquer outra variável. Haveria, assim, garantias e obrigações de todos ainda que os ordenamentos jurídicos nacionais eventualmente não as consagrem. Este grupo especial de direitos ao qual atribuímos uma validade universal – no sentido prescritivo de que devem ser reconhecidos a todas as pessoas – são chamados de direitos humanos.

A primeira origem de direitos humanos, de natureza civil e político nasceu da história, desenvolvidas pelos períodos norte-americanos em 1776 e francesa em 1789. Os direitos buscavam proteger os indivíduos, restringindo o poder do Estado.

Direitos à liberdade de expressão, a oposição às ditaduras, a integridade física entre outros. Os direitos econômicos, sociais e culturais surgiram após o conflito da Revolução Russa em 1917, com o comprometimento de igualdade.

Os direitos humanos estão assegurados por leis e por comandos constitucionais na maioria das nações, no Brasil, a Constituição Federal inseriu vários destes direitos, sendo a maior parte deles no artigo 5º. O Brasil é Estado membro da ONU (Organizações das Nações Unidas) e da Organização dos Estados Americanos permanecendo conectado ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.

Rolim cita (Idem, p.87).

Exclusão social, racismo, homofobia, machismo, negligência, abuso sexual e maus tratos sobre crianças e idosos, violência policial, tratamento desigual do Poder Público às pessoas a depender de sua origem social, desrespeito aos povos indígenas, serviços públicos de baixa qualidade, desconsideração pelas pessoas com deficiência, falta de acesso à Justiça, corrupção e impunidade, entre outras mazelas, seguem reproduzindo uma realidade de violação cotidiana dos direitos humanos.

Apesar dos avanços desde o fim da ditadura militar e todo esse processo de direitos no país ainda existe as desigualdades, preconceito e a violência generalizada.

A política pública de Assistência Social é um direito sócio assistencial que esta na Constituição como um dos conceitos básicos da política de Assistência Social. Desde 1993 com a aprovação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) se veem fazendo debate sobre o assunto. Na V Conferencia Nacional de Assistência Social em 2005 foram aprovados os 10 direitos socioassistenciais. (Couto, 2016, p.89).

1. Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em lei para todos.
2. Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva.
3. Direito de equidade social e de manifestação pública.
4. Direito a igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial.
5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade.
6. Direito em ter garantia a convivência familiar, comunitária e social.
7. Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas.
8. Direito à renda.
9. Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva.
10. Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais.

Os dez direitos têm como meta interferir na ação que mantem como o trabalho da Assistência Social foi e é oferecido, buscando garantir que a política

chegue para quem dela precisar e procurando um serviço ou programa organizado pela mesma. “(...) definem-se como carta de princípios e formulador de prestação de atendimento” (Idem, p.91).

Sua materialidade ainda precisa da inclusão dos demandatários e executores da política. Os direitos socioassistenciais precisam atravessar por uma problematização para que passe de reconhecimento legal a concreto.

1.1.2.2 Assistência Social

Assistência é o ato de assistir, ajudar ou proteger aqueles que necessitam (Alves, 2016, p.22). Já o MDS (Ministério de Desenvolvimento Social) diz que “De acordo com o artigo primeiro da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”” (2005, p.31).

A assistência é oferecida pelas tribos e famílias desde a Antiguidade, mas na Europa nos séculos XI a XV, houve um acordo grupal de solidariedade e assistência social por compaixão ao mal que o país sofreu com a guerra, pobreza, doenças e a fome. Na Idade Média a assistência aos carentes foi a partir da Igreja Católica com a distribuição das esmolas. Com a Revolução Industrial se materializando e a pobreza extrema alcançando a classe trabalhadora foi aprovada a Nova Lei dos Pobres em 1834, que nomeava comissários para conduzir os auxílios e o Brasil copiou o mesmo modelo. Já no período colonial os mosteiros e conventos recolhiam as doações dos fiéis que eram distribuídas como ajuda aos carentes sobre ordens religiosas. Através de tratamento e hospitalização a primeira Santa Casa de Misericórdia dava esmolas aos desprovidos e acolhia os doentes. Nos séculos XVIII e XIX, havia a prática caritativa de cuidar das crianças pobres, que eram colocadas na “roda dos expostos”, abrigando as órfãs e desamparadas. Também no século XIX, a assistência caritativa foi trocada pelo higienismo através de conhecimentos da ciência médica. A pobreza e criminalidade teve como consequência a existência de instituições fechadas, onde mendigos e loucos eram prendidos e perdiam seu lugar na sociedade (Alves, 2016, p. 22).

Com eliminação da escravatura e trabalhadores estrangeiros sendo utilizados na mão de obra nacional, muitos cidadãos ficaram de fora do processo de trabalho

no começo do século XX, ruim para o andamento da ordem nacional. Na década de 1930 houve as inquietações do governo com a criminalidade e prevenção infanto-juvenil, com programas de saúde e educação. A criação da LBA (Legião Brasileira de Assistência), pela primeira dama do Estado, Darcy Vargas teve como intuito a ajuda às famílias órfãs. No Governo Vargas, instituiu pela Constituição de 34, a legislação trabalhista, o trabalhador formal passou a ter direitos sociais.

Já no Governo Militar, a assistência social juntou-se ao Ministério da Previdência e Assistência Social com a finalidade de dar assistência pré-natal, natal e alimentar as crianças até seis anos, aos deficientes e aos idosos. Na implantação do Estado Democrático de Direito, com a Constituição de 1988, insere-se o sistema de proteção social para se combater as diferenças sociais. A LBA foi eliminada pela LOAS, regulamentando a Assistência Social como Política Pública de Seguridade Social (Lei 8742 de 07/12/93). Segundo Alves (Idem, p.23).

(...) universalização dos direitos sociais; igualdade de direitos ao acesso e ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política com interação construtiva com a sociedade para o enfrentamento da miséria, pobreza e exclusão, com centralidade na família para implementação dos serviços; descentralização político-administrativa no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, com ênfase na municipalização da gestão das ações e dos serviços; promoção da equidade no sentido da redução das desigualdades sociais e enfrentamento das disparidades regionais e locais no acesso aos recursos financeiros.

A Política Nacional de Assistência Social com sua aprovação em 1998 tem como objetivos direitos a todos os cidadãos.

Em dezembro de 2003 o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em cumprimento à deliberação feita pela IV Conferência Nacional de Assistência Social desenvolveu o atual modelo de gestão da política de assistência social vigente no Brasil que tem a sua formação na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), este foi organizado para garantir as normas da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). (MACIEL, 2016, p129).

(...) a política de assistência social se ampara nos princípios fixados na Constituição Federal do País (Brasil, 1988), especialmente nos artigos 203 e 204, que definem os destinatários, os objetivos, as ações, as fontes de financiamento, o modelo de gestão que se ancora nas diretrizes da descentralização, democratização e participação e, por fim, a definição dos entes responsáveis pela sua execução (governos e entidades beneficentes de assistência social).

Além desta estrutura legal e institucional, a política de assistência, obteve a posição de política pública de proteção social, um direito social do cidadão.

Na gestão, a política de assistência social se organiza segundo Maciel “(...) num conjunto de documentos, estruturas organizacionais e ações voltadas ao planejamento, organização, execução, controle e avaliação”. (Idem, p. 129). No planejamento os Fundos públicos que aceitam o financiamento das ações previstas, os documentos que direcionam a política no âmbito nacional, estadual e municipal têm as análises, ações e serviços a serem cumpridos. Já Conselhos junto ao poder público e a sociedade civil, determinam as direções da política no nível nacional, estadual e municipal. O SUAS atua na gestão da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. As responsabilidades da União passam principalmente, pela formulação, apoio, articulação e coordenação das ações. E os municípios que tem o funcionamento do Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social e cumprem as ações da Proteção Social Básica com recursos próprios, são os de gestão inicial. A Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e as Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) fazem parte da gestão do SUAS como o objetivo de articulação, demonstração das demandas dos gestores, negociação e acordo sobre formas operacionais da gestão.

Os trabalhadores do SUAS, no campo de seu desempenho tem a vigilância socioassistencial e a gestão da informação. Sendo esses trabalhadores regulados pela Norma de Operacionalização Básica de Recursos Humanos do SUAS. A gestão da informação é indispensável, porque é de sua responsabilidade a produção e concretização dos dados sobre a gestão e a implementação da política ajudando no planejamento, gestão, monitoramento e avaliação através de planos. E os usuários da política têm direito à informação também, podendo solicitar nitidez e divulgação de todas as ações relacionadas.

Os Conselhos, nas três instâncias de governo (nacional, estadual e municipal) ficam responsáveis pela deliberação e fiscalização da execução da política, até em seu financiamento, estando esses Conselhos formados pelos usuários, trabalhadores e entidades. Sendo assim a gestão da política é de extrema importância para progredirmos na concretização da assistência social como direito social.

A LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) caracterizam as entidades e organizações de assistência social como, as que oferecem atendimento, auxílio,

amparo e garantia de direitos, sem fins lucrativos, oferecendo serviços, realizando projetos e programas (Atualização da Lei em 2011). Há as entidades de atendimento que oferecem benefícios de prestação social básica ou especial, em casos de vulnerabilidade ou risco social e pessoal. Já os de assessoramento são para a fortificação dos movimentos sociais e organizações de usuários, construção e habilitação de lideranças e encaminhado ao público da política de assistência social. As de defesa e garantia de direitos, são para a defesa e efetivação dos direitos sócios assistenciais, enfrentamento das desigualdades, formação de novos direitos e reconhecimento da cidadania junto aos órgãos públicos de defesa de direitos. Enquanto direito do cidadão e dever do Estado à política pública da Assistência Social supõe um conjunto interligado de ações públicas e da sociedade (Entidades e organizações) com a participação do usuário.

Na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003, é que começam as adequações, sendo o debate principal a elaboração e implementação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Em 2004, inclui-se a Política Nacional de Assistência Social e em 2005, a implantação do SUAS com a regulamentação e organização da rede sócio assistencial da Assistência Social pública, das entidades e organizações.

O SUAS é formado pelos Conselhos de Assistência Social, entidades, organizações e federativos, se organizando pelo meio da proteção social básica e especial, as mesmas são ofertadas pela rede sócio assistencial, de forma unida pelos órgãos públicos, entidades e organizações de assistência social com união ao SUAS. De acordo com Martinelli (2016, p.98).

Essas entidades devem estar de acordo com os princípios da LOAS, estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, fazer parte do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e prestar seus serviços gratuitos, continuados e planejados.

O CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social) desobriga as contribuições para a seguridade social e da preferência a convênios com o poder público, isto desde 2009. Já o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) é responsável pelo diagnóstico das solicitações de certificação das entidades que tenham atuação na área de assistência social e a Secretaria Nacional de Assistência Social concretizando o CNEAS (Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social) que habilita a junção com o SUAS, uma ferramenta de gestão dos serviços sócios assistenciais efetivados

por organizações privadas. Essas certificações mostram contradições da política social pública, e o CEBAS sugere uma qualificação e controle melhor das entidades de Assistência Social privadas.

O SUAS, passa por uma readequação, as entidades privadas acabam por sendo submergidas pela esfera estatal, impedindo a ação de reversão e destaca como preferência do Estado sob uma expectativa sócio assistencial.

Os serviços das entidades privadas que caracteriza o sistema protetivo brasileiro é o que tem garantido às entidades de Assistência Social privado a entrada ao fundo público, fiscalizado por mecanismos gerenciais e sistemas operacionais, porém não garantindo as estruturas de acesso universal e gratuito. O SUAS como um sistema de gestão estatal público, tem dificuldade com valorização à iniciativa privada e o Estado deve agregar a rede estatal pública na garantia de direitos sociais e examinar seu vínculo com as entidades privadas.

Segundo a autora o SUAS se define como (Lopes, 2016, p.271).

SUAS – Sistema Único de Assistência Social – é o Sistema Público estatal brasileiro que regula, organiza, estrutura, planeja, coordena e executa a oferta dos serviços sócio assistenciais em todo o território nacional, sob a responsabilidade de todos os entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios. O SUAS concretiza e põe em ação a Política Nacional de Assistência Social; portanto, constitui-se em instrumento técnico, político e administrativo essencial à garantia do direito e acesso à assistência social pela população, preconizados pela primeira vez na Constituição Brasileira de 1988, no capítulo da ordem social, integrando o tripé da Seguridade Social brasileira.

Com a pratica do Sistema de Proteção Social brasileiro a assistência social passa a ser um direito do cidadão e dever do Estado onde os planos de universalização, implementação e participação Social são protegidos. A Política de Assistência Social começa a ter por obrigação garantir que os usuários sejam favorecidos por esses direitos aos serviços e benefícios dessa política pública e realizado pelo Estado, nacionalmente.

A organização da política em sistema descentralizado e participativo esta na LOAS número 8.742, artigo 6º, sancionada em 07 de dezembro de 1993.

(Lopes, 2016, p 272.)

(...) o conceito, a lógica de sistema, a primazia de responsabilidade do estado, a gestão compartilhada entre as esferas, a previsão de benefícios e serviços, a rede de entidades privadas, as competências e atribuições de cada esfera de governo, o financiamento e o controle social, na perspectiva de um sistema descentralizado e participativo, já estavam assegurados nessa lei federal, até então não implantada.

Porém apenas na 4ª Conferência Nacional de Assistência Social em 2003 é definida a implantação do SUAS. Segundo Lopes a finalidade do sistema seria o conhecimento quanto à “articulação, unidade, regras, fluxos, procedimentos comuns, hierarquia, continuidade, base conceitual e legal, objetivos, metodologias, processos relacionais e interinstitucionais, entre outros” (Idem, p.272). Sistema esse que precisa reagir às necessidades da busca dos indivíduos e das instituições, analisando as diferenças, particularidades, território, cultura, conjunto histórico político, social e econômico.

Os sistemas públicos estão vinculados à administração, gestão pública aos seus órgãos e estruturas, no caso a Constituição Federal de 1988. As políticas públicas como a assistência social, é um serviço público e de direito na proteção social brasileira pelo SUAS, desde 2005. (Idem, p.273)

Consubstanciado na Lei federal 12.435/2011, o SUAS é um sistema de gestão técnico-político complexo e em construção, que envolve estruturas verticais e horizontais de gestão e dos serviços, sujeitos e culturas institucionais, instâncias de deliberação e controle social, agentes públicos e trabalhadores, com a responsabilidade de operar as três funções básicas da assistência social: proteção social, vigilância social e defesa dos direitos sócio assistenciais.

Acolhida, convivência, sobrevivência e renda são garantias do SUAS aos seus usuários através de organização e oferta dos benefícios e serviços nos níveis de proteção básica e especial.

As unidades públicas do SUAS, os CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) e os CREAS (Centros de Referência Especializados da Assistência Social) unidos aos serviços, equipamentos e entidades que criam a rede socioassistencial municipal, regional, estadual e nacional é o que vai definindo o significado unitário do público e federativo. A realização dos acordos de aperfeiçoamento da gestão intergovernamentais anunciam a aprovação dos entes federados com o cumprimento dos direitos socioassistenciais, garantindo validade técnica e política nas ações pela concretização do SUAS.

A gestão do trabalho no SUAS, segue a estruturação da Política de Assistência Social nacionalmente, analisando as modificações e formas do trabalho. Esta gestão do trabalho adota um contexto de ações de valorização do trabalho, como as junções empregatícias com assistência, principalmente da seguridade social e a ligação pública com os trabalhadores no campo. A autora cita também “(...) o plano de carreira; os espaços democráticos de discussão das condições de

trabalho; as mesas de negociação permanente; a educação permanente dos trabalhadores; a humanização do trabalho na política de assistência social”. (Rizzotti, 2016, p.133).

A gestão deve priorizar por uma ação popular, onde o trabalhador possa gerar transformações na qualidade dos serviços do SUAS. Sua implantação e a relação de trabalho passaram por transformações nos últimos 10 anos, com as normatizações, com o objetivo de distinguir e avaliar a organização e a definição das equipes fundamentando na oferta e na demanda, além da educação constante. A Norma Operacional Básica de RH/SUAS, publicada no ano de 2006 acredita que a qualificação e valorização dos trabalhadores é essencial para a implementação do SUAS.

O NOB/RH e a PNEP/SUAS reconhecem a capacidade técnica, ética e política do trabalhador do SUAS e o valor do trabalho das equipes instituídas nos diferentes serviços de proteção Básica e Especial. A luta por mais proteção e direitos é constante na vida profissional dos trabalhadores, através das ações articuladas logo que as mudanças irão ocorrendo.

O que é o CRAS? (Fiorotti/Maia, 2016.p.44).

CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é um equipamento social configurado como unidade pública estatal, descentralizado da Política de Assistência Social, conforme a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/2005 (Resolução CNAS nº 130 de 15/07/2005) e Lei 12.435/11, artigo seis.

Segundo as autoras existem três funções principais, que é a disponibilidade de serviços, programas e projetos sócios assistenciais de proteção social básica, para as famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social, a junção e fortalecimento da rede de Proteção Social Básica local, prevenção de situações de risco em seu território de alcance, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e direitos garantidos.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é o principal serviço oferecido no CRAS com a obrigação de proporcionar serviços continuados às famílias, fortalecendo vínculos e prevenindo condições de risco na sua região.

O CRAS tem como obrigação a efetivação do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e o serviço de atendimento nas residências, podendo ser cumpridos pela rede integrada do território de cada CRAS. Mas esses serviços da unidade pública e da rede precisam estabelecer de forma nítida resposta às

demandas da realidade socioassistencial e manifestada pela população por meio do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família).

Sugerido pela gestão federal da Assistência Social o espaço físico do CRAS inclui recepção, sala de atendimento de multiuso e de coordenação, copa, banheiro e almoxarifado e a garantia de acessibilidade segundo resoluções da NOB/SUAS. Já na equipe de referência a quantidade de profissionais é a partir do porte do município, divididos em Municípios de pequeno porte I e II, médio e grande porte.

A revisão das legislações e referentes regulações precisam ser atualizadas conforme a necessidades da população, pois a realidade de uma equipe de referência para municípios de 50.000 habitantes ou mais oferece condições de desigualdade e vulnerabilidade sociais mais complicadas e demandam formas de atendimentos diferentes, no caso seriam os municípios de grande porte e metrópoles.

A ampliação e implementação dos serviços na política de Assistência Social no Brasil é indispensável, a partir do momento que SUAS se concretiza. Tanto o CRAS como os trabalhadores tiveram seus números aumentados (Censo 2005 a 2014). Porém apesar das melhorias precisa-se de outras qualidades para a viabilização do equipamento e de suas equipes. O vínculo é parte importante do CRAS, que deixa de existir quando equipes municipais com contratos provisórios e incertos desenvolvem seu trabalho a população que será também provisória e sem garantia. O CRAS como equipamento estatal é menos de 50% segundo o Censo de 2014, assim a política pública de assistência social precisaria ser tomada pela gestão governamental.

A importância do usuário dos serviços como cidadão de direitos socioassistenciais é essencial para a realização da proteção social básica. Permanecendo no espaço administrativo de orientações e distribuições de benefícios o CRAS não desempenha seu técnico político da Política de Assistência Social, no caso a importância e defesa dos direitos socioassistenciais dos cidadãos. Conhecer o território, e suas fórmulas de realidade da população usuária é um desafio. Desafio diário da efetivação, assim como na área da Gestão da política, que estabelece o diálogo do PAIF e PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos). Entre os desafios da prática e do trabalho integrado nos níveis de proteção social, precisam de desenvolvimento de metodologias e participação do

usuário na defesa dos direitos socioassistenciais através do SUAS. “Este desafio pressupõe investimento em capacitação continuada, educação permanente para a equipe do CRAS, condições de trabalho para a equipe, assim como de acessibilidade dos usuários” (Idem, p.46).

Necessita-se de compromisso ético e político da gestão e dos trabalhadores do SUAS, na construção da participação dos usuários no cotidiano dos serviços e no CRAS, seus gestores e trabalhadores desafiados a romper padrões, além da garantia da proteção social, o direito essencial à vida e à sociedade.

Na regulamentação Constituição Federal de 1988, as organizações sobre o Orçamento Público estão previstas na Seção II – Dos Orçamentos – artigos 165 a 169 – do Capítulo II – Das Finanças Públicas do Título VI – Da Tributação e do Orçamento. Mais especificamente, o artigo 165 estabelece que o Orçamento Público (OP) compreende: o Plano Plurianual (PPA) – inciso I, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – inciso II e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – inciso III.

(Flores, 2016, p.196)

O PPA, a LDO e a LOA são instrumentos legais de planejamento financeiro, de iniciativa dos Poderes Executivos da União, dos Estados e Municípios. Esses poderes têm como principal função assegurar a execução das políticas públicas e os respectivos recursos públicos financeiros que efetivem a execução de suas diretrizes, objetivos, metas e prioridades.

O Plano Plurianual (PPA) segundo Flores é fundamental instrumentos de planejamento à disposição dos indivíduos da federação, considera-se as ações governamentais implementadas em médio prazo e abrange quatro exercícios financeiros. São antecipadas as despesas de capital e os programas de ação continuada. (Idem, p.197).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é anual e precisa ser organizada em conformidade com o PPA e tem como objetivo possibilitar um vínculo entre planejamento e execução orçamentária.

Foi um avanço na proteção social a assistência social no Brasil reconhecer como política pública de seguridade social no artigo 204 da Constituição Federal de 1988, após foi regulamentada pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, o LOAS com o início do processo de construção de políticas públicas de assistência social, com garantia de direitos. O Orçamento do PPA, a LDO e a LOA como instrumentos de gestão financeira e orçamentária do SUAS, a NOB/SUAS 2012, especificou seu regramento nos artigos 44 a 45, prevendo, também em seu

artigo 12, inciso XIII, assegurando que a realização do item orçamentário seria concretizado em conformidade com os Planos de Assistência Social, sendo a gestão e a efetivação da política de assistência não mais realizada sem o comprimento rigoroso dos instrumentos de gestão financeira e de planejamento aprovado pelo SUAS.

1.1.2.3 Gênero

Concepção de gênero diz respeito ao formato como a sociedade estabelece características masculinas, femininas ou neutras a todas as formas de nossa existência. Os autores citam alguns conceitos de gênero, a definição de Judith Butler (2001, 2003) diz que “o gênero se constrói em ato, o que significa que ele precisa ser reiterado o tempo todo para que nossa existência adquira inteligibilidade dentro de uma norma social binária que divide o mundo entre o feminino e o masculino”. Entendem-se as relações de gênero como criadoras daquilo que compreendemos por sexo e sexualidade. Já para Joan Scott (1995) “o gênero é constitutivo das relações sociais e é o dispositivo que sustenta as diferenças atribuídas aos sexos, distribuindo de forma desigual às posições de homens e mulheres no interior das relações de poder”. (Detoni apud Nardi, 2016, p.126). O feminino ou masculino não é simplesmente descrever algo, mas se adaptar a metodologia de gênero.

As normas de gênero no Ocidente são criadas para que o sujeito possa existir antes mesmo que possa existir, ela e ele. O gênero também é efeito de métodos nas políticas de assistência social no Brasil, como estimular os lugares que seguem regras, costumes, hábitos e usos de homens e de mulheres, determinados pela norma de gênero, limitando o lugar das mulheres a maternidade da reprodução e do privado e os homens, compete dar auxílio, produzir e ocupar o espaço público.

As relações de gênero como reprodutoras das desigualdades sociais, estabeleceram uma problematização com análise da política e da teoria, sendo elemento principal de intervenção das políticas de assistência social. Política que tem procurado enfraquecer as desigualdades sociais, unindo-se às lutas dos movimentos feministas com programas que garantam o direito das mulheres. A proposta se destaca como um dos propósitos da Política Nacional de Assistência Social. O PNAS (2004) solidifica o SUAS para redução de desigualdade de gênero.

“O SUAS reconhece as mulheres como agentes da proteção social, principalmente no âmbito familiar, auxiliando o Estado no gerenciamento do cuidado das crianças, adolescentes e idosos” (Idem, p.127). Com isso a prioridade de redistribuição de renda do Programa Bolsa Família e o registro das residências do Programa Minha Casa Minha Vida ficam a responsabilidade familiar, a mulher, dando a liberdade que elas conduzam a renda familiar, porém vincula-se com as responsabilidades em relação ao cuidado, repetindo as regras de gênero. Esta contradição diminui a condução das mulheres, da posição do privado e doméstico para tomar o espaço público.

Na gestão da questão social acontecem mudanças no decorrer da história das políticas sociais no Brasil, porém ainda mostram uma feminilização da política por prevalecer às mulheres como trabalhadoras e usuárias do SUAS, transformando as relações de gênero.

1.2 PROBLEMA

Qual a percepção das mulheres em relação ao grupo. O que o grupo propiciou, se foram alcançadas suas expectativas, suas vontades, enfim a importância do grupo para mulheres seja em sua vida pessoal, profissão e social.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

- Analisar a percepção das mulheres em relação ao grupo.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar os benefícios da convivência com o grupo, seus pros e contras.
- Analisar qual foi a contribuição do grupo no dia-a-dia das mulheres.
- Identificar os aprendizados na área socioeducativa.
- Avaliar as mudanças ocasionadas através o grupo na vida dessas mulheres.

1.4 JUSTIFICATIVA

A convivência é a base do ser social: pertencer a grupos, reconhecer-se num contexto, construir referências de comportamento e valores, perceber e respeitar a diversidade são caminhos que só podem ser percorridos nas relações sociais. Sendo assim, alguns valores precisam ser retomados e desenvolvidos, apresentados e discutidos com os grupos do CRAS.

Acredita-se que é de fundamental importância para todos que estão envolvidos, a instituição, os profissionais e até mesmo o pesquisador, com grupo de mulheres, saber o que elas desejam quando se disponibilizam a ir até o equipamento para participar do encontro. E isso é importante, para se propor melhorias futuras, pois sem a comunidade participando, dando sua opinião, reivindicando seus direitos, um equipamento não pode nem deve funcionar adequadamente.

Um projeto de pesquisa contribui de forma positiva para o equipamento, pois através dos dados coletados, podem se utilizar para planejamentos futuros com o grupo em si.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para se chegar a estas informações sobre as percepções das mulheres em relação ao grupo, foram feitas pesquisas documentais, bibliográficas, e qualitativas.

A pesquisa Documental constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e Economia, sendo utilizada em praticamente todas as ciências sociais. Vale-se de toda sorte de documentos elaborados com finalidades diversas. Sendo o conceito de documento muito vasto, já que este pode ser composto por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento.

A pesquisa Bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, material impresso, podendo ser incluído diferentes tipos de fontes, como material disponibilizado pela internet, entre outros. Tendo como propósito fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema.

A pesquisa Qualitativa se define como metodologias alternativas por proteger o que a metodologia dura joga fora por não caber no método. A pesquisa

participante, pesquisa-ação, história oral, observação de cariz etnometodológico, hermenêutica, fenomenologia, levantamentos feitos com questionários abertos ou diretamente gravados e análise de grupo, são metodologias qualitativas.

O Grupo Focal foi à técnica de pesquisa utilizada para a coleta de dados por meio das interações grupais, aonde se discutiu um tópico especial indicado pelo pesquisador. Ao grupo de mulheres foi sugerida a roda de conversa, para que se sentissem mais a vontade. Formada a roda de conversa, foi aplicado o termo de consentimento livre e esclarecido para que assinassem e ficassem com uma cópia, dando a liberdade de participarem e falarem o que se desejasse, deixando explicado que em momento algum seus dados pessoais iriam ser divulgados e sim seria usado nomes fictícios, como “Participante 1”, em ordem numérica crescente. Sendo esclarecido que seria um questionário de quatro perguntas gravado em aparelho celular e posteriormente transcrito e apagado. Entende-se que não faz sentido individualizar um questionário para cada mulher responder, acredita-se que como grupo, se sentiriam mais a vontade. Foram realizadas as seguintes perguntas:

1. Quais os benefícios da convivência com o grupo, seus pros e contras.
2. Qual foi a contribuição do grupo no dia-a-dia das mulheres.
3. Quais os aprendizados na área socioeducativa.
4. Quais as mudanças ocasionadas através o grupo na vida dessas mulheres.

O grupo de mulheres do CRAS Porto dos Padres como já foi citado se formou para participar de projetos socioeducativos, que trabalhem não só com a mulher, mas com as famílias enquanto sujeitos socioculturais, suas histórias e projetos, fazendo reflexão sobre o dia-a-dia e formas de organização desses sujeitos para promover suas capacidades e sua autonomia. As artes manuais e o lanche entraram como um chamariz ao grupo, que por sinal deu certo. No momento o artesanato é a atividade mais desenvolvida com o mesmo, através do voluntariado.

O grupo chamado de “Senhoras do Destino” se iniciou no mês de março de 2016 com vinte e duas mulheres inscritas no total, porém onze estavam participando regularmente. Já no ano de 2017 entraram novas participantes, mas não alterou a quantidade que ficou entre onze a quinze mulheres. Inclusive elas têm essa autonomia de sair e voltar quando quiserem. Os encontros estão acontecendo às quartas-feiras, das 14h às 16h.

A idade das mulheres alteravam entre 20 a 75 anos, no início de 2016, hoje se modificou para a partir de 18 anos e sem limites de idade, ate porque o grupo de

idosas não existe mais, e algumas migraram para o de mulheres, por justamente ter a arte manual o que não acontecia no outro grupo. Todas as mulheres tem o cadastro único, assim que entram no grupo, são aconselhadas a fazer, pois o grupo de convivência faz parte de umas das ações desenvolvidas no CRAS.

A pesquisa é justamente para saber qual a percepção dessas mulheres em relação ao grupo e se houve mudanças em suas vidas e se essas mudanças realmente estão relacionadas com a convivência com o mesmo, se é isso que elas almejam no equipamento, além do vínculo de respeito, tolerância, compaixão e amizade. Saber o que elas esperam quando se disponibiliza a ir até o equipamento para participar dos encontros.

Nesta roda de Conversa, participaram a pesquisadora e oito mulheres do grupo, todas concordaram em ficarem presentes, pois a atividade manual não foi interrompida, pelo contrário, a roda foi feita de uma forma que ficasse o mais simples e cotidiano possível.

1. Análise e Interpretação

Categoria e Análise:

Categoria 1: Benefícios da convivência com o grupo, seus pros e contras.

Participante 1: Descreve que para ela o que trouxe de benefício foi o “companheirismo e a amizade, uma conhece a outra mais e acaba conhecendo, se torna as amigas”. Ela ainda diz que às vezes nós nos sentimos “deprimidas” pronunciando a palavra enquanto outra participante falava. No final de sua fala torna a repetir o companheirismo e amizade como algo importante dentro do grupo.

Participante 2: De início disse que já estava no grupo há 3 anos e continua “ai se eu não vir pra cá fico doente, eu sai, mas fui lá ver o negocio do meu marido, meu marido disse assim ai, porque tanta pressa pra ir o curso”. Termina sua fala dizendo “distrain a mente da gente né”. Afirmando que é bom estar em convívio com grupo.

Participante 3: Abre sua fala suavemente “Sinto falta bastante” logo continua seu pensamento “ arrumei muitas amizades, a professora é ótima, todos, o lanche, todos quem convive aqui, todas as pessoas do bem, pessoas queridas, 50% mudo

muito depois que entrei aqui, muitas vezes a gente esta em casa à gente esta estressada, deprimida, muitas vezes ate chorando ninguém sabe o problema da gente né”. O grupo traz um bem estar a participante, ela cita que às vezes os problemas a aborrecem e ir ao grupo faz com que tudo isso diminua.

Participante 4: Expõe no meio da conversa com o grupo “distrain também né” e por fim “eu sinto falta”. Querendo dizer que o grupo faz falta quando não tem.

Participante 5: Não se pronunciou, até porque tem um problema na fala e conversa muito pouco, apesar de conseguir se expressar bem.

Participante 6: Apenas concordou com as demais dizendo “eu também”, no caso seria a falta que o grupo faz para ela.

Participante 7: Nesta conversa não se pronunciou, apenas ouviu as outras mulheres.

Participante 8: Também não se manifestou muito, apenas disse “é só coisa boa”, afirmando que no grupo é só benefícios.

Categoria 2: Contribuição do grupo no dia-a-dia das mulheres.

Participante 1: Comenta “Nossa pra mim, no curso sim, eu tiro renda daqui, todos os cursos, corte e costura, pintura em tecido, é biscuit, todo o curso que eu faço e vendo, eu vivo do artesanato de venda, eu faço minhas toalhinhas vendo, fiz curso de corte e costura, costuro pra fora, reformo roupa, tiro o lucro dos cursos que fiz na minha casa eu faço e vendo, meus artesanatos todos eles eu exponho vendo. Outra coisa, eu tinha muita dor na mão, uma dor assim dor, dor, dor e quando comecei a trabalhar passou. Minha filha aprendeu o artesanato comigo e faz na escola”. A participante esta há sete anos frequentando o grupo e as atividades que são disponibilizadas no CRAS. Encerra dizendo “Agora chegou hora de dar minha parte do que eu recebi”. A participante cita o quanto o grupo contribuiu em sua vida e o quanto é grata, pois quer retribuir o que aprendeu.

Participante 2: Mencionou que iria completar quatro anos que estava no grupo, sem comentários a pergunta da contribuição.

Participante 3: “Eu no caso faz pouco tempo que estou aqui né eu recebi benefícios aqui e todo recebendo ainda até hoje”. Apesar do pouco tempo de participação no grupo considera que já recebeu benefícios.

Participante 4: Apenas disse “voltei agora”, mas não fez comentário sobre a pergunta.

Participante 5: Não fez comentário.

Participante 6: Não fez comentário.

Participante 7: Não fez comentário.

Participante 8: Disse que já frequentou o grupo há anos atrás e agora estava voltando, porém não comentou sobre a contribuição.

Categoria 3: Aprendizados na área socioeducativo.

Participante 1: Não participou no socioeducativo, durante o período que a pesquisadora estava como grupo.

Participante 2: Mencionou “Legal” e logo em seguida diz “Desligar o botijão antes de dormir” uma das instruções do bombeiro na palestra sobre Acidentes Domésticos, demonstrando ter gostado das atividades desenvolvidas.

Participante 3: Não participou no socioeducativo.

Participante 4: Não participou no socioeducativo, mas perguntou “O que é isso, socioeducativo” e “Vai ter de novo palestra”. E sugeriu que fosse dado o socioeducativo intercalado com o artesanato. “Um dia uma palestra outro dia artesanato”. Demonstrou interesse em saber o que o sócio educativo tinha a oferecer.

Participante 5: Não participou no socioeducativo.

Participante 6: Apenas movimentou a cabeça concordando que também gostou das atividades socioeducativas.

Participante 7: Mencionou “Gostei” quando citado sobre a apresentação de Dança Cigana.

Participante 8: Não participou no socioeducativo.

Categoria 4: As mudanças ocasionadas através o grupo na vida dessas mulheres.

Participante 1: Não comentou.

Participante 2: Comenta “De primeiro eu era mais quieta, agora depois que vim pra cá, eu me solto mais”. Afirmando que agora não é tão tímida.

Participante 3: “Eu acho que tem lugar que não tem intimidade né, é que eu, já que toda vida fui assim do jeito que só aqui, no caso tem lugar que você se prende né, veja a brincadeira que a gente faz aqui, a gente se sente a vontade. Convivência, amizade, a gente não esperava, a gente se encontrou aqui meu pai, quantas amizades eu tenho”. E finaliza dizendo “Todos os lanches é muito bom”. Assegurando que no grupo se sente a vontade para falar e contar suas histórias, pois a participante também faz poesia e disse por várias vezes que ainda quer escrever um livro.

Participante 4: Não fez comentário.

Participante 5: Não fez comentário.

Participante 6: Não fez comentário.

Participante 7: Não fez comentário.

Participante 8: “A gente conhece a pessoa só de vista e acaba encontrando aqui” e “Lanchinho, um bolinho”. Mencionando estar satisfeita com o lanche oferecido.

INTERPRETAÇÃO

Categoria 1: Benefícios da convivência com o grupo, seus pros e contras.

As participantes se que pronunciaram na Categoria 1, descrevem como benefício o companheirismo e a amizade, sendo algo importante dentro do grupo. Além da falta que o grupo faz, quando não tem ou quando não podem comparecer, pois suas angústias são minimizadas quando estão participando do mesmo e dividindo saberes. (MDS, 2005, p.31).

De acordo com o artigo primeiro da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

A proteção social deve garantir seguranças aos sujeitos, uma delas é a segurança da vivência familiar ou da segurança do convívio. (Idem, p.33)

Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionadas criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias

estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio.

Através da convivência com grupo, essas mulheres podem dividir seus momentos, sejam eles bons ou ruins, suas experiências de vida e por fim mostrar que todos têm e passaram por dificuldades cotidianas. O grupo de alguma forma tenta achar caminhos para minimizar essas dificuldades. E a Política de Assistência Social disponibiliza o espaço e as atividades para que essas mulheres se sintam mais acolhidas.

Categoria 2: Contribuição do grupo no dia-a-dia das mulheres

Na Categoria 2, a maioria das participantes não comentou sobre a contribuição no seu dia a dia, até porque o grupo é considerado mais como uma distração. Mas uma das participantes vive da renda do que aprendeu nas atividades que foram desenvolvidas tanto do CRAS que oferece outras atividades como dentro do grupo. Assim um dos objetivos do equipamento foi alcançado. Segundo o MDS (2005, p.35) “O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário”.

(Idem, p.35)

Promove também o encaminhamento da população local para demais políticas públicas e sociais, possibilitando o desenvolvimento de ações intersetoriais que visem à sustentabilidade, de forma a romper como ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social, e evitar que estas famílias e indivíduos tenham seus direitos violados, recaindo em situações de vulnerabilidade e riscos.

Quando nos referimos a proteção social como garantia de segurança, a segurança de sobrevivência esta neste contexto também, como forma de rendimento e de autonomia.

(Idem, p. 31)

A segurança de rendimentos não é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego.

As atividades propostas pelo CRAS dentro do grupo possibilitam mesmo que de certa forma uma renda extra às essas mulheres e conseqüentemente sua autonomia.

Categoria 3: Aprendizados na área socioeducativo.

Na Categoria 3, as participantes não prolongaram o debate, concordaram que gostam e gostaram do que foi apresentado no socioeducativo e até sugeriram intercalar com as atividades artesanais. (CRAS, 2009, p. 21)

(...) alguns valores precisam ser retomados e desenvolvidos, apresentados e discutidos com os grupos socioeducativos nos CRAS. Valores que fortaleçam e despertem o prazer de viver em comunidade, a importância da autoestima dentro de padrões sociais solidários e construtivos que não prejudiquem nem a si mesmo e nem ao outro e que possibilitem essa busca conjunta.

(MDS, 2005, p.40)

(...) através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, mediante a oferta de experiências socioeducativas, lúdicas, socioculturais, desenvolvidas em rede de núcleos socioeducativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades.

O socioeducativo faz parte da proteção social e esta dentro do conceito e base de Organização do SUAS.

Categoria 4: As mudanças ocasionadas através o grupo na vida dessas mulheres.

Na Categoria 4 as mulheres citam que a convivência com o grupo as deixam menos intimidadas, com liberdade de se expressar.

(CRAS, 2009, p.21).

A convivência é a base do ser social: pertencer a grupos, reconhecer-se num contexto, construir referências de comportamento e valores, perceber e respeitar a diversidade são caminhos que só podem ser percorridos nas relações sociais.

O CRAS tem como ação principal, "(...) promover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal (...)". (MDS, 2005, p.35)

O vínculo, como ferramenta que possibilita ligar os sujeitos entre si (e entre as coisas inumanas), não é um "dado natural". Ele é produzido, ou seja, performado pelas práticas que perpassam os diferentes campos do conhecimento que se detêm ao estudo da temática (Rodrigues/Guareschi, 2016, p.296).

Percebemos o convívio como forma e o vínculo como a consequência do trabalho na proteção social, uma característica dos sujeitos de direitos que dão o poder de suavizar as vulnerabilidades.

Para Rodrigues e Guareschi (BRASIL, 2013 apud 2016, p.298).

“(...) os sujeitos têm a capacidade de afetar e serem afetados que cada encontro pode possibilitar a expansão dos sentimentos de valorização e de potência que fortalecem os vínculos”.

A convivência é compreendida como possibilidade mudanças na vida dos sujeitos.

3. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo sobre a percepção do grupo de mulheres do CRAS Porto dos Padres em relação ao mesmo.

Apesar da coleta de dados ter sido feita de forma mais natural possível, com uma roda de conversa, sem alterar o cotidiano do grupo, dando continuação às atividades manuais enquanto acontecia o dialogo e sendo explicado como seria todo o procedimento, as mulheres se sentiram intimidadas. Pelo fato de terem que assinar e disponibilizar seus documentos e também por ter sido gravado as falas, mesmo sendo em aparelho celular, um instrumento comum hoje em dia, foi perceptível o constrangimento do grupo. Porém a conversa fluiu e algumas conseguiram se expressar.

Num contexto geral o grupo em si é de fundamental importância dentro do equipamento. E as atividades desenvolvidas, sejam elas socioeducativas, sejam as artes manuais, ou até mesmo o lanche, traz de alguma forma mudanças nas vidas dessas mulheres. Uma melhor qualidade de vida, independente se está adquirindo mais conhecimento, pois muitas vezes não é o conhecimento “sócio educativo” que elas querem, é simplesmente o estar junto.

O grupo deixou claro em todas as perguntas que foram feitas em relação à contribuição, aos benefícios e transformações ocorridas em suas vidas depois que começaram a participar dos encontros, de que gostaram, adquiriram conhecimentos, se divertiram, fizeram novas amizades e até mesmo o lanche foi elogiado, pois algumas pedem para levar o que sobra do lanche para casa e que por sinal é de boa qualidade, sendo três tipos de bebidas e dois tipos de alimentos.

Para uma das participantes a fonte de renda através das atividades do grupo e do CRAS foi uma contribuição, já para as outras mulheres o companheirismo foi prioritário em relação aos benefícios do grupo. O socioeducativo trouxe variados aprendizados às mulheres, assim dito por elas, na saúde, com o outubro rosa e a prevenção do câncer de mama, no cuidado, com os acidentes domésticos através da palestra do corpo de bombeiro, na cultura, com a dança cigana, onde as mulheres não só assistiu como participaram da dança, além das datas comemorativas, como dia internacional da mulher, páscoa, dia das mães, festa junina e natal. Por fim, as mudanças para essas mulheres foram à criação de vínculo, pois através dessa convivência que se sentiram menos intimidadas e apesar

das dificuldades de se expressar, elas conseguiram dentro do grupo um bom diálogo e um bom relacionamento.

Como pesquisadora e voluntária durante dois anos do grupo de mulheres posso afirmar a evolução não só nas artes manuais, mas na fala, no afeto, no respeito pelo próximo, até mesmo no adquirir conhecimento. E apesar da falta de materiais para se desenvolver as artes manuais e da falta de um projeto conjunto com os que trabalham com o grupo para se organizar as atividades a sem dadas, ainda sim é satisfatória a permanência do grupo.

Com planejamento, dedicação e talvez um pouco de sensibilidade dos profissionais responsáveis pelo grupo acredita-se que se possam desenvolver ações, além do sentido coletivo, mas de autonomia, do acesso e uso de serviços básicos, de reconhecimento e participação na vida pública, de cultura e lazer. Não só dentro do equipamento, mas fora dele, onde os casos acontecem. Respeitando é claro, sempre, à vontade e opinião das mulheres, porque é assim que se abre espaço para o novo. O novo vai além das artes manuais e do lanche, vai construir enquanto sujeito um sentido de pertencimento a essa sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia: Origens á Araxá**. 3. Ed. Piracicaba, Cortez, 1985.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. 1. Ed. São Paulo, Atlas, 2000.

FERNANDES, Rosa M. C.; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo, Atlas, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29. Ed. São Paulo, Cortez, 2009.

Mathias, Hiesa Cristina. **Reconhecimento Institucional - CRAS Porto dos Padres**. Trabalho Científico apresentado à disciplina de estagio supervisionado do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos, 2015, 24 p.

_____. **Projeto de Intervenção-CRAS Porto dos Padres**. Trabalho Científico apresentado à disciplina de estágio supervisionado do curso Serviço Social, Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos, 2016, 12 p.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (Org.). **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, novembro, 2005.

Protocolo de Gestão dos Centros de Referência da Assistência Social de Curitiba. Coordenação Geral: Ana Luiza Supliy Gonçalves... [etal.]. Prefeitura Municipal de Curitiba, FAS/Fundação de Ação Social, Curitiba, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade - Capacitação em Serviço Social e Política Social**. O trabalho do assistente social e as políticas sociais, módulo 4. Brasília: CFESS-ABEPSS-CEAD/NED-UnB, 2000, p. 21 a 33.

APÊNDICES

Roteiro de perguntas:

- 1- Quais os benefícios da convivência com o grupo, seus pros e contras.
- 2- Qual foi a contribuição do grupo no dia-a-dia das mulheres.
- 3- Quais os aprendizados na área socioeducativa.
- 4- Quais as transformações ocasionadas através o grupo na vida dessas mulheres.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado:.....,

de autoria do (a) acadêmico (a):..... do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná. Fui informado (a) que esta pesquisa é coordenada / orientada pelo (a) Professor (a): Silvana Maria Escorsim a quem poderei contatar/ consultar a qualquer momento através do e-mail: mariaescorsim@ufpr.br ou telefone da UFPR: (41)3511-8300. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para a pesquisa científica. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo. Fui também esclarecido (a) de que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa que envolvem seres humanos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima por meio de gravação de áudio obtido através de entrevista semiestruturada ou grupo focal. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e seus orientadores (ras). Fui informado (a) de que minha participação é livre, não havendo qualquer restrição ou constrangimento por não desejar fazê-lo.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Paranaguá, ____ de _____ de ____

Assinatura do (a) participante: _____

R.G.:

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

R.G.: